

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Ata de Reunião de Concertação

Pág. 1 / 6

| | | |
|--|-------|-------------------|
| Assunto: Concertação da Proposta do PDM de Odivelas para Discussão Pública (entidades representadas CMO; CCDR-LVT) | Local | CCDR-LVT - Lisboa |
| | Data | 26-02-2013 |
| | Hora | 14.30 |

Ordem de Trabalhos

1. Informação sobre a concertação face às recomendações do IPDJ, INR, INIR, IMTT, DRLVT-MEE e TdP (Usos turísticos).
2. Fundamentação da oferta de mais habitação.
3. Nova solução da Classificação Zonal do Ruído, disposições regulamentares, ordenamento de usos do solo na costeira e Áreas de Interesse Público e informação sobre pesquisa de dados disponíveis para elaboração do Mapa Estratégico do Ruído
4. Planta de Ordenamento – Usos do Solo (solução de ordenamento para a zona da costeira, QIª dos Cedros, OGR).
5. Regulamento (principais inovações dando resposta às recomendações da CCDR-LVT).
6. Estabelecer critérios de exclusão da REN Bruta para efeitos da proposta de REN Final, na zona de costeira delimitada como Área sujeita a PMOT local, subsequente ao PDM.
7. Concertação entre as opções de ordenamento do uso do solo e a delimitação da REN.

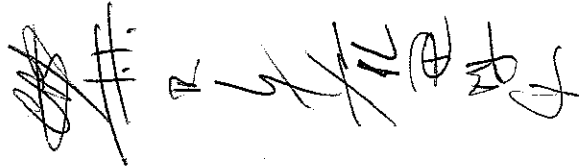
| Assunto | Equacionamento – Síntese | Decisões Tomadas | Prazo de Execução | Responsável |
|---------|---|---|-------------------|-------------|
| Ponto 1 | <p>Dada a sua amplitude, este ponto é desenvolvido nos subpontos seguintes:</p> <p>1.1. A CMO informou sobre o trabalho de concertação que está a efetuar junto das restantes entidades, especialmente com a DGPC, ICNF e TdP, e o modo como está a tratar as respostas ou soluções para resposta às recomendações das várias entidades referidas, sendo que as mesmas serão registadas na tabela de concertação e serão informadas por ofício, respetivamente a cada uma das mesmas.</p> <p>1.2. A CMO propôs que os diversos estudos de caracterização setoriais (ex. Estudo Prospetivo de Mobilidade; Carta Educativa; Relatório do Mapa do Ruído,</p> | <p>Dada a sua amplitude, este ponto é desenvolvido nos subpontos seguintes:</p> <p>1.1. A CMO deverá apresentar, intercaladamente, na fase de concertação, a fundamentação das opções e soluções finais em matéria de ruído, usos turísticos, usos compatíveis em Solo Rural e Solo Urbano e qualificação do solo na Quinta dos Cedros e nas zonas de costeira.</p> <p>1.2. Acordou-se que a CMO deverá disponibilizar, com brevidade, os estudos setoriais às entidades que compunham a CA, devendo definir o modo de o fazer,</p> | Não definido. | CMO. |

Elaboração do PDM de Odielas – proposta para discussão pública

Ata de Reunião de Concertação

Pág. 2 / 6

| Assunto | Equacionamento – Síntese | Decisões Tomadas | Prazo de Execução | Responsável |
|---------|--|--|-------------------|-------------|
| | <p>Carta Desportiva, etc.), cuja deficiência ou omissão foram referidos no parecer da CA, sejam disponibilizados para consulta no âmbito da Discussão Pública, complementarmente aos Estudos de Caracterização do Território que acompanham o plano.</p> <p>1.3. A CMO informou acerca da opção acordada em reunião com o Turismo de Portugal, designadamente o abandono da categoria de solo Ocupação Turística, passando os usos turísticos a enquadrar-se em regime de compatibilidade de uso, tal como foi recomendado pelo TdP, passando a parte norte da freguesia de Caneças a ser enquadrada por uma Zona de Especial Interesse Turístico que inclui uma Área de Vocação Turística em solo rural, onde poderão ocorrer conjuntos turísticos e outros empreendimentos de turismo em espaço rural.</p> <p>A CCDRLVT reforçou o constante no seu parecer, discordando do modelo apresentado e manifestando preocupação por esta opção poder permitir a dispersão da edificação em solo rural, podendo contudo ser aceitável em situações associadas a património arquitetónico. Entende a CCDRLVT que deverá ter conhecimento do acordado com o TdP, de modo a poder pronunciar-se de modo fundamentado.</p> <p>1.4. No respeitante às questões colocadas pela DRLVT-MEE, foram equacionadas a possibilidade de atividades de extração de recursos naturais e a possibilidade de legalização instalações empresariais que se encontrem ilegais.</p> | <p>antes da fase do parecer final, para possibilitar que as entidades possam pronunciar-se sobre as matérias.</p> <p>1.3. A CMO dará conhecimento da informação trocada no trabalho de concertação com o TdP.</p> <p>1.4. Quanto às questões colocadas pela DRLVT-MEE, a CMO considera que não há cabimento à compatibilidade para atividades de extração de recursos naturais, considerando a CCDRLVT que a legislação não exige essa compatibilidade e tem a CM competência para definir a sua estratégia.</p> | | |
| Ponto 2 | <p>A CMO apresentou elementos avulsos de trabalho com vista à fundamentação da oferta de habitação inerente à proposta do plano e relatou algumas dificuldades sentidas na recolha de dados necessários para o efeito.</p> <p>A CCDRLVT sugeriu uma fórmula de cálculo para apurar o</p> | <p>A CCDRLVT admite que os espaços com compromissos urbanísticos vinculativos em vigor (alvarás), possam ser considerados como solo urbanizado, fundamentados com a Planta de Compromissos Urbanísticos.</p> <p>A CMO deverá apresentar à CCDRLVT, previamente à</p> | | |



Elaboração do PDM de Odielas – proposta para discussão pública

Ata de Reunião de Concertação

Pág. 3 / 6

| Assunto | Equacionamento – Síntese | Decisões Tomadas | Prazo de Execução | Responsável |
|---------|--|---|-------------------|-------------|
| | <p>equilíbrio entre as necessidades de habitação e a respetiva oferta proposta pelo plano, informando que aceita a existência de uma folga excedente de 20%. Contudo, essa deverá ser justificada com oferta de habitação diferenciada, quer do ponto de vista de modelo ou qualidade quer do ponto de vista da política de acesso aquilivo (habitação a custos controlados) e apresentada a fundamentação do solo urbano antes da apreciação da proposta de REN.</p> | <p>submissão da proposta e REN à CNREN, a fundamentação do solo urbano.</p> | | |
| Ponto 3 | <p>A CMO apresentou as alterações introduzidas nas plantas de ordenamento relativas à Classificação Zonal do Ruído e aos Usos do Solo.</p> <p>Apresentou-se a introdução da Área Sujeita a PMOT Local Subsequente ao PDM como forma de remeter e garantir a melhor avaliação de condicionalismos e melhor definição de opções de ordenamento em sede dos PMOT que irão ser obrigatoriamente elaborados previamente ao licenciamento urbanístico naquela área.</p> <p>Informou que o regulamento foi reforçado com disposições expressas quanto à obrigatoriedade de aplicação do RGR nas áreas de habitação que eventualmente surjam em espaços de atividades económicas que se encontram em Zona Indiferenciada na Planta de Classificação Zonal do Ruído.</p> <p>A CCDRLVT chamou a atenção para a necessidade de, o ordenamento dos usos do solo e da classificação zonal do ruído, não promoverem o agravamento das conflitualidades de aplicação do RGR, quer no respeitante aos usos instalados quer aos usos a instalar, face às GIT existentes. Referiu a necessidade de os usos sensíveis, onde se incluem as áreas de lazer, não deverem localizar-se em zonas de conflito acústico.</p> <p>Relativamente às situações de conflito, consideradas as medidas de redução de ruído já executadas nas várias</p> | <p>Ficou acordado que a CMO deve proceder às seguintes diligências:</p> <p>a) Deverá consultar a EP para recolha de dados de modo a atualizar o Mapa do Ruído com base na informação dos vários Mapas Estratégicos do Ruído e planos de ação efetuados pelas concessionárias das infraestruturas de transporte, de modo a que essa informação verta para este plano;</p> <p>b) Deverá evitar-se a localização de espaços de lazer em zonas de conflito; nas situações em que tal seja de todo impossível, face à ausência de alternativas viáveis, a CMO deverá fundamentar as propostas por motivo da ausência de alternativas mais adequadas à sua localização, visando suprir as carências de espaços para esse fim, destinados às populações instaladas anteriormente à construção das referidas GIT;</p> <p>c) As áreas de lazer deverão ser classificadas como Zona Mista ou Sensível.</p> <p>d) O Regulamento deverá contemplar medidas de regulação nas zonas de conflito das áreas já ocupadas, uma vez que as novas situações de conflito deverão ser tanto quanto possível evitadas.</p> | | |

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação


Pág. 4 / 8

| Assunto | Equacionamento – Síntese | Decisões Tomadas | Prazo de Execução | Responsável |
|---------|--|---|-------------------|-------------|
| Ponto 4 | <p>GI7, os presentes são levados a presumir que, na sua maioria, poderão já estar significativamente reduzidas, no entanto há que ser efetuada a atualização do mapa de ruído para ser confirmada esta informação.</p> <p>A CMO fundamentou a localização das áreas de lazer em zonas de conflito acústico com a ausência de alternativas de localização face às populações a servir.</p> <p>A CCDR alertou para, face à obrigatoriedade de elaboração do mapa estratégico do ruído e de plano de redução do ruído da aglomeração, bem como de Plano Municipal de Redução de Ruído, cujos prazos limite já expiraram, o PDM constitui-se como uma oportunidade de evitar a criação de novas áreas em conflito ou de agravar as já existentes.</p> <p>A CMO apresentou a solução de classificação/qualificação do solo para as áreas urbanas críticas da costeira que estão incluídas na delimitação da Área Sujeita a PMOT Local Subsequente ao PDM e para a Quinta dos Cedros.</p> <p>No caso da costeira sul, pretende-se estabelecer um objetivo estratégico, tendo em conta trataram-se de áreas declaradas como críticas do ponto de vista social e urbanístico, que se aproxima das intenções de opção municipais face aos estudos desenvolvidos e conhecimento apurado a esta data, embora ainda sujeitas aprofundamento e melhor rigor de ponderação e opções no âmbito dos PMOT a elaborar para o local.</p> <p>No segundo caso, a solução encontrada visa conciliar um compromisso urbanístico antecedente, que apesar de não consumado está assumido pela CMO e que decorreu do ordenamento do PDM ainda em vigor, com a Área Vital do PROTAML bem como do objetivo municipal, em convergência com a diretiz antecedente, de transferência de uma área significativa, da parcela em questão para domínio municipal, destinada a parque urbano de utilização coletiva.</p> | <p>A CMO irá clarificar a ocupação do solo proposta para as AUGI nas zonas de costeira, que entretanto foram declaradas áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística ou de reabilitação urbana, mas que serão sujeitas a PMOT subsequente ao PDM bem como para a área da Quinta dos Cedros com base na necessidade da passagem do espaço verde a domínio municipal e na criação de novas áreas de atividades económicas. Mediante estudos e programação urbanística em sede de unidade de execução.</p> <p>A CCDR informou que na área das costeiras apenas deverá ser considerado como espaço de reestruturação urbanística áreas já como tal classificadas no atual PDM e que cumulativamente se encontrem ocupadas.</p> | | |

Elaboração do PDM de Odielvas – proposta para discussão pública
 Ata de Reunião de Concertação

Pág. 8 / 8

| Assunto | Equacionamento – Síntese | Decisões Tomadas | Prazo de Execução | Responsável |
|---------|--|--|---------------------------------|-------------|
| Ponto 5 | <p>A CMO informou sobre algumas inovações na redação do regulamento, designadamente respeitantes às questões enunciadas nos pontos anteriores e apresentou a inclusão de um artigo que permita, excepcionalmente, a legalização de edificações existentes à data da publicação do PDM atualmente em Vigor, tal como tinha sido sugerido pela CCDRLVT em anterior reunião de concertação.</p> <p>A CCDRLVT sugere a inclusão de outras restrições que tenham a ver com acessibilidade, função, etc.</p> <p>Por não estarem ainda reunidos os requisitos necessários, a discussão deste ponto do Parecer da CA ficou adiada.</p> | <p>A CMO vai proceder a melhor avaliação desta disposição regulamentar e a CCDRLVT pronunciar-se-á sobre a mesma na apreciação da versão intercalar de concertação.</p> | | |
| Ponto 6 | | | | |
| Ponto 7 | <p>No decurso da discussão, por motivo de haver algumas questões ou opções relevantes de ordenamento com interação crítica com a REN, a representação da CCDRLVT nas reuniões de concertação entende não estar legitimada para decidir posição a tomar sobre aquele tipo de opções.</p> | <p>Ficou acordado que a CMO fará a entrega de uma versão intercalar de concertação da Proposta de PDM, a qual, depois de validada pela CCDRLVT, servirá para acompanhar e fundamentar a Proposta de REN Final.</p> | <p>Final de março corrente.</p> | |





Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação

Pág. 6 / 6

| Presenças | | | | |
|------------------|--------------|-------------------------------------|---------|--|
| Nome | Entidade | Contacto Telefónico e/ou Eletrónico | Rubrica | |
| Marta Alvarenga | CCDRLVT | | | |
| Isabel Rodrigues | CCDRLVT | | | |
| Patrícia Cabrita | CCDRLVT | | | |
| António Sousa | C.M.Odivelas | | | |
| Florinda Lixa | C.M.Odivelas | | | |
| Luís Grave | C.M.Odivelas | | | |
| Carlos Santos | C.M.Odivelas | | | |
| Marco Moreira | C.M.Odivelas | | | |
| Teresa Rego | C.M.Odivelas | | | |